

“EU ME ORGANIZANDO POSSO DESORGANIZAR”: MULHERES EM COLETIVO NA COMUNIDADE DO TAMATATEUA, POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA RESEX MARINHA CAETÉ-TAPERAÇU, BRAGANÇA-PA.

Daniele de Sousa Silva¹

Roberta Sá Leitão Barboza²

Abel Pojo Oliveira³

Josinaldo Reis do Nascimento⁴

[...] "Aí minha véia, deixa a cenoura aqui

Com a barriga vazia não consigo dormir"

E com o bucho mais cheio comecei a pensar

Que eu me organizando posso desorganizar

Que eu desorganizando posso me organizar

Que eu me organizando posso desorganizar”.

(SCIENCE, Chico. Da lama ao Caos. *In*: Chico Science & Nação Zumbi: da lama ao caos. 1994)

¹ Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), danieledesousasilva29@gmail.com, ORCID: 0009-0007-3964-9041.

² Doutora, Universidade Federal do Pará (UFPA- Campus Bragança), docente da Faculdade de Engenharia de Pesca e dos Programas de Pós-graduação em Linguagens e Saberes da Amazônia (UFPA- Campus Bragança); em Estudos Antrópicos na Amazônia (UFPA-Campus Castanhal) e Agricultura Familiares (UFPA-Belém), Coordenadora do grupo de Pesquisa ESAC e do LABPEXCA/UFPA (Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão Pesqueira de Comunidades amazônicas), robertasa@ufpa.br, ORCID: 0000-0003-2367-553X.

³ Doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (ETTHOS/IFPA), abelpojo@ifpa.edu.br, ORCID:0009-0009-6529-9107.

⁴ Doutor, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Campus Bragança), LABCRIA- Laboratório de Extensão, Comunicação e Experimentação Audiovisual do IFPA- Campus Bragança, membro dos Grupos de Pesquisa: Educação, Trabalho, Tecnologia, Humanidades e Organização Social (ETTHOS/IFPA) e Estudos Socioambientais Costeiros (ESAC/UFPA), josinaldo.reis@ifpa.edu.br, ORCID: 0000-0002-1255-1884.

RESUMO

Esta pesquisa ocorreu de setembro de 2022 a novembro de 2023 junto às mulheres do coletivo feminino Mulheres Guerreiras da comunidade de Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, localizada cerca de 18 km da cidade de Bragança/PA. O objetivo foi compreender a gênese do coletivo de mulheres dessa comunidade, seus resultados individuais e coletivos, bem como, de que modo elas têm ocupado os espaços políticos na comunidade e na Resex. Para isso, realizou-se observação participante e quatro mulheres do coletivo foram entrevistadas. Destaca-se que a primeira autora deste trabalho é moradora da comunidade e integrante do coletivo de mulheres estudado na presente pesquisa. Fundado em 2019, o coletivo configura-se como uma oportunidade para as mulheres terem sua atuação visível para além da rotina doméstica, estabelecendo/ampliando suas redes de apoio e parcerias com várias instituições. Ele tornou-se fundamental para contribuir com alternativas de geração de renda, melhorar a autoestima, aperfeiçoar as relações políticas e reforçar o sentimento de pertencimento à comunidade. O projeto Paneiro do Mangal, um dos frutos dessas parcerias, vem incentivando a ampliação da produção nos quintais, através de ações de aprimoramentos que vão desde técnicas de manejo de suas hortas à implantação de microssistemas agroflorestais, realizando intercâmbios e alicerçando a transição agroecológica dos “quintais produtivos”. Em última análise, esses processos são lentos, graduais e perpassam pelo fortalecimento interno e externo, individual e coletivo. As mulheres do coletivo vêm criando e estabelecendo relações de solidariedade, formas de autogestão coletiva e assim construindo relações diferentes com o mundo do trabalho e com o ambiente, calcadas em seus saberes e fazeres, a partir de práticas sustentáveis, passando a ser exemplo e apoio para mulheres de outras comunidades.

Palavras-chave: Coletivo de mulheres. Resex Caeté-Taperaçu. Transição agroecológica.

***“I ORGANIZE MYSELF THEN I CAN DISORGANIZE”: WOMEN IN
COLLECTIVE IN THE COMMUNITY OF TAMATATEUA, POSSIBILITIES FOR
AGROECOLOGICAL TRANSITION IN THE CAETÉ-TAPERAÇU MARINHA
RESEX, BRAGANÇA-PA.***

ABSTRACT

From September 2022 to November 2023 this research took place with women from the female collective Mulheres Guerreiras from the Tamatateua community, the Caeté-Taperaçu Marine Extractive Reserve, located approximately 18 km from the city of Bragança/PA. The objective was to understand the genesis of the women's collective in this community, its individual and collective results, as well as how they have occupied political spaces in the community and in the Resex. To do so, a participant observation was carried out and four women from the group were interviewed. It is important to highlight that the first author of this work is a resident of the community and member of the women's collective studied in the present research. Founded in 2019, the collective was configured as an opportunity for women to have their role visible beyond the domestic routine, establishing/expanding its support networks and partnerships with several institutions. Becoming essential to contribute to alternative income generation, improve self-esteem, improve political relationships and strengthen the feeling of belonging to the community. The Paneiro do Mangal project, fruit of these partnerships has encouraged the expansion of production in backyards, through actions to improve management techniques for their vegetable gardens and implement agroforestry microsystems, performing exchanges and building the foundations for the agroecological transition of “productive backyards”. Ultimately, these

processes are slow, gradual and encompass internal and external, individual and collective strengthening. The women of the collective have been creating and establishing solidarity relationships, forms of collective self-management and thereby building different relationships with the world of work and the environment, based on their knowledge and activities, based on sustainable practices, becoming an example and support for women from other communities.

Keywords: Collective of women. Caeté-Taperaçu Resex. Agroecological transition.

INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 45% do total de alimentos produzidos nos países em desenvolvimento são realizados por mulheres camponesas. Essa importantíssima participação feminina pode ter representado um crescimento de até 30% na produção agrícola dos últimos anos. Os dados mais recentes apontam que, dos cerca de 58,5 milhões de pessoas que trabalham no setor agrícola, aproximadamente 21% são mulheres (FAO, 2022). Contudo, é necessário destacar dois pontos. Primeiro, que essas mulheres quase sempre exercem uma dupla jornada de trabalho, atuando no ambiente doméstico e na lavoura. Segundo, que 90% dos ganhos financeiros de suas produções agrícolas são reinvestidos na educação e no bem-estar de seus familiares, o que as fortalece politicamente na luta para diminuir as desigualdades de gênero no campo e contribui diretamente para a segurança alimentar do planeta (FAO, 2018).

No Brasil as mulheres camponesas são responsáveis também pelo manejo dos denominados “quintais produtivos”, onde cultivam hortaliças e frutíferas, criam pequenos animais, beneficiam alimentos e produzem artesanato. Nesta assertiva, é relevante destacar a importância dessas atividades desenvolvidas historicamente pelas mulheres na agricultura, construindo assim uma resiliência essencial para um desenvolvimento equitativo e sustentável (PILLETT, 2017).

Embora contribuam para a geração de renda e para a conservação da agrobiodiversidade, como nos mostram Abrantes *et al.* (2013), de modo geral os trabalhos por elas desenvolvidos ainda se mantêm na “invisibilidade”.

Muito em função desse contexto, a Agroecologia vem se configurando como um campo potencial para o fortalecimento político de mulheres camponesas e, conseqüentemente, tem promovido o enfrentamento de sua condição de

vulnerabilidade/invisibilidade e a luta pela conquista de mais respeito, tanto na esfera pessoal como familiar, bem como nos campos produtivo e político (MOREIRA, 2019).

Diante do exposto, compreendemos que o diálogo entre as perspectivas agroecológica e feminista torna-se um caminho necessário para o enfrentamento político e científico a alguns dos desafios cotidianos vivenciados por mulheres camponesas da Amazônia. E, quando organizadas em coletivos, as mulheres camponesas se inserem em práticas agroecológicas e juntas lutam pela valorização de suas práticas produtivas e pelo reconhecimento político em suas comunidades (SILIPRANDI, 2007). Estes coletivos se engajam em movimentos sociais em prol de pautas ambientalistas, que por meio de trocas de experiências vão aprimorando suas técnicas de manejo e aumentando sua renda, e seus resultados acabam reverberando para todos os demais membros da família (CARDOSO, 2022).

Dessa forma, processos de transição agroecológica contribuem com o fortalecimento e a construção da autonomia das mulheres do meio rural e começaram a desconstruir o olhar machista historicamente arraigado em relação às mulheres; estes processos também se tornaram essenciais no fortalecimento das relações afetivas entre comunidade e natureza (BUTTO, 2010).

Pelas próprias peculiaridades, a Agroecologia vem se consolidando como um campo de conhecimentos com potencial de estabelecer um novo paradigma para o desenvolvimento rural, por articular estratégias tradicionais de manejo agrícola, onde o respeito, o cuidado, o valor ao tempo de produção e o descanso da natureza são elementos indispensáveis. Desta forma, a Agroecologia claramente se apresenta como um campo transdisciplinar, holístico, aberto aos aprendizados e conhecimentos produzidos em dessemelhantes disciplinas científicas (CAPORAL *et al.*, 2011).

Em síntese, Caporal *et al.*, (2011, p. 80) afirmam que:

É importante reter o entendimento da Agroecologia com uma ciência do campo da complexidade. Uma ciência que, ao contrário dos esquemas cartesianos, procura ser integradora, holística e, por isso mesmo, mais apropriada como orientação teórica e prática para estratégias capazes de fazer avançar a construção de agriculturas mais sustentáveis e de modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis. A Agroecologia vai além da simples aproximação entre Agronomia e Ecologia. Deste modo, ademais de incorporar conhecimentos e saberes populares, são fundamentais os conhecimentos científicos oferecidos por diferentes disciplinas para o desenho de agroecossistemas e agriculturas mais sustentáveis, que é o que importa do ponto de vista da conservação do planeta e da sobrevivência das espécies.

É nesta perspectiva, de valorização dos saberes e fazeres, que os processos de transição agroecológica têm chamado a atenção de mulheres em vários lugares do mundo, sobretudo na Amazônia, onde organizadas em coletivos, como cooperativas, elas veem sua autonomia econômica e política como uma realidade cada vez mais constante (SALES, 2007; RIBEIRO, 2014).

Em Bragança, nordeste do Estado do Pará, em comunidade agropesqueira do maretório⁵ da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, iniciativas que apoiam uma transição agroecológica a partir dos “quintais produtivos” estão sendo bem aceitas, como é o caso engendrado por um coletivo de mulheres da comunidade do Tamatatea (SOUSA, 2024).

Criado em 2019, a partir de uma iniciativa fomentada pela organização não-governamental Rare Brasil⁶, um coletivo de mulheres se uniu inicialmente em torno dos chamados “Clubes de Poupança”, que são grupos que visam contribuir com mudanças nos hábitos de gestão financeira e planejamento orçamentário de suas integrantes, isso a partir de conceitos de alfabetização financeira em seu dia a dia, e então foi ampliando seus horizontes organizacionais e políticos de forma significativa, com resultados positivos e evidentes (CARDOSO, 2022).

Destes novos horizontes, emergiram parcerias com instituições externas à comunidade, dentre elas o projeto “Painho do Mangal⁷”, que, apoiando o escoamento dos alimentos cultivados nos quintais das mulheres integrantes do coletivo, e contribuindo com os processos de transição agroecológica dos “quintais produtivos”, tem seus resultados reconhecidos para além da comunidade (CARDOSO, 2022; SOUSA, 2024; NASCIMENTO *et al.*, 2023).

⁵ Espaços geográficos costeiros/estuarinos habitados, usados, autogeridos por populações tradicionais de pescadores e pescadoras artesanais e/ou cogeridos. Esses trabalhadores e trabalhadoras vivem muito tempo de sua existência sob as águas, sofrendo influências diretas dos regimes das marés, dos ciclos lunares, dos ventos e suas dinâmicas costeiras. A partir desses elementos, edificam contratos sociais, práticas produtivas e societárias que se emanam para além da pesca como atividade produtiva, mas que a partir dela incorporam dimensões simbólicas, culturais, éticas elaboradas a partir das relações de compadrio e do respeito mútuo, uma trama de significados do universo pesqueiro que ajuda a tecer suas espiritualidades e religiosidades, imbricadas nos elementos da natureza (NASCIMENTO, 2021, p. 199-200).

⁶ A Rare do Brasil é uma organização da sociedade civil fundada em 2014, com atuação na promoção da pesca artesanal sustentável ao longo do setor costeiro e marinho brasileiro. A organização vem implementando o programa “Pesca para Sempre” em diferentes países do mundo, e no Brasil foca nos esforços do programa “Pesca para Sempre” no estado do Pará, fomentando a gestão baseada na comunidade para a pesca costeira (Disponível em: <https://www.facebook.com/rarebrasil/>. Acesso em: 04 mar. 2024).

⁷ O projeto apresenta a denominação por realizar a comercialização dos produtos em cesta confeccionada com folha de palmeira, conhecida localmente com painho; e por se tratar de uma comunidade situada às margens do mangal/manguezal.

Compreendendo essa conjuntura, esta pesquisa objetivou compreender a gênese do coletivo de mulheres da comunidade do Tamatateua, seus resultados individuais e coletivos, analisando a representatividade feminina nos espaços políticos na comunidade e na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu a partir da ótica de suas integrantes.

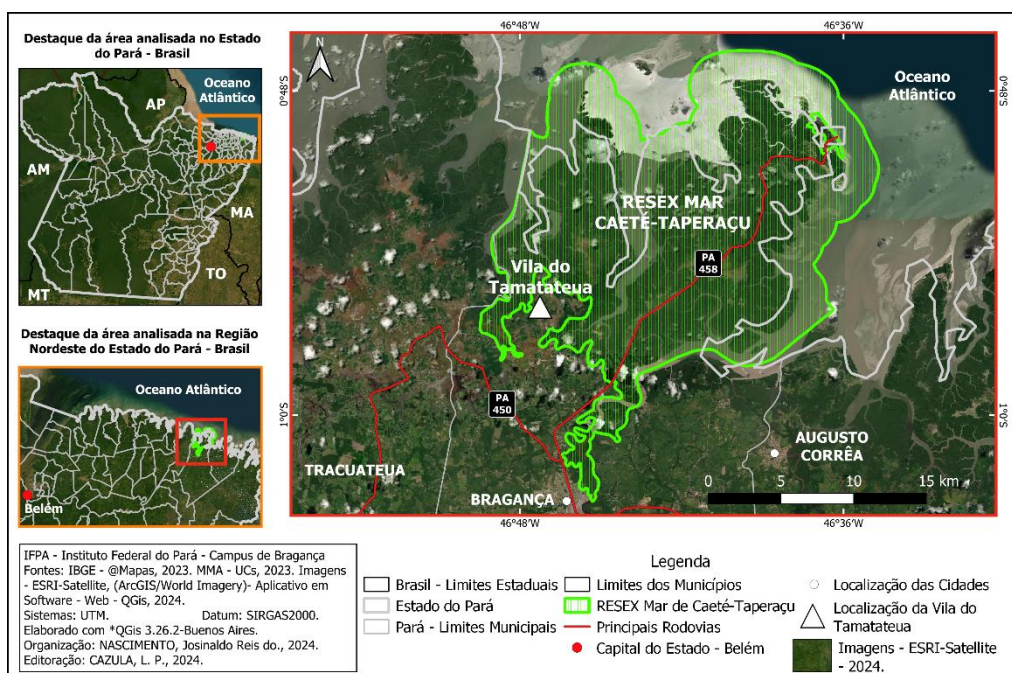
1. O PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo ocorreu ao longo do período de setembro de 2022 a novembro de 2023, na comunidade agropesqueira do Tamatateua, localizada a cerca de 18 km da cidade de Bragança, nordeste do Pará (Fig. 1).

Desde 2005, Tamatateua é uma das 52 comunidades que compõem o entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Essa Resex possui uma área total de aproximadamente 42.489,17 hectares (BRASIL, 2005).

Nessas comunidades, uma parcela considerável da população, formada basicamente por pescadores e pescadoras artesanais, camponeses e camponesas, produz/reproduz seus modos de vida diretamente ligados à extração e à comercialização dos recursos pesqueiros e da agricultura de pequena escala, constituindo um verdadeiro maretório (NASCIMENTO, 2021).

Figura 1: Localização da comunidade do Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança/PA.



Fonte: A pesquisa

Atualmente, segundo as estimativas dos agentes comunitários de saúde (ACS), vivem na comunidade do Tamatateua cerca de 518 famílias, em sua maioria pescadores artesanais e agricultores familiares, uma média de 4 pessoas por unidade familiar, resultando em aproximadamente 2.072 moradores. Analisando pesquisas de Oliveira (2005) realizadas na comunidade no final da década de 1990 que registrava cerca de 1.500 habitantes, os que nas últimas três décadas o número de moradores cresceu cerca de 72 %.

A trajetória metodológica que alicerça esta pesquisa combinou abordagens participativas e qualitativas (MINAYO, 1994).

Neste propósito interativo, o tempo de convívio no cotidiano da comunidade por parte de alguns autores, e a naturalidade de uma das autoras, permitiu lançarmos mão da observação participante como um método para subsidiar melhores compreensões acerca das realidades e processos organizacionais das mulheres da comunidade diretamente envolvidas na pesquisa. É oportuno ressaltar que este método consiste basicamente na participação do pesquisador em atividades cotidianas relacionadas aos sujeitos pesquisados, a fim de obter análises mais apuradas dos seus aspectos de vida por meio da observação de eventos sociais em seus contextos naturais, intervindo o mínimo possível na sua dinâmica (POUPART *et al.*, 2008).

Em seguida, a partir dos objetivos propostos na pesquisa, foi elaborado um roteiro contendo 16 indagações. Em setembro de 2023, em situações diversas, 4 mulheres do coletivo foram entrevistadas separadamente pela primeira autora, moradora da comunidade e integrante do coletivo de mulheres estudado. Sendo estas interlocutoras agricultoras, pescadoras, aposentadas, artesãos, estudantes e donas de casa, com faixa etária entre 20 e 73 anos.

É oportuno destacar que todas as entrevistadas foram esclarecidas sobre os propósitos da pesquisa e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); mesmo assim, optamos por identificá-las ao longo do texto pelos pseudônimos de: Entrevistada I, Entrevistada II, Entrevistada III e Entrevistada IV.

Após as transcrições, os dados foram analisados e categorizados. Teoricamente, o estudo foi embasado na literatura científica que discute transição agroecológica, gênero

em unidades de conservação, movimentos sociais e alternativas de geração de renda (CAPORAL; COSTABEBER, 2002; ANOKO, 2008; GOHN, 2010; CARDOSO, 2022).

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres que têm suas falas colhidas e registradas nesta pesquisa são da comunidade do Tamatateua, no entorno da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. A Caeté-Taperaçu é uma das 14 Unidades de Conservação (UC) desta modalidade existentes no litoral do Estado do Pará; juntas, elas correspondem a uma área total de aproximadamente 329.740,80 hectares, formando um verdadeiro cinturão de unidades de conservação de uso sustentável no litoral amazônico (NASCIMENTO, 2021; BRASIL, 2024).

Nestas RESEX Marinhas do litoral da Amazônia, existe algo em torno de 350 comunidades pesqueiras, onde vivem aproximadamente 40.200⁸ famílias de extrativistas, agricultores, pescadores e ribeirinhos.

Nestas comunidades, historicamente, as mulheres protagonizam o plantar, o cuidar e o preservar a partir de saberes-fazeres que perpassam gerações. Porém, é imprescindível considerar que, quando não acompanhadas por um processo de conscientização coletiva, várias atividades que estas mulheres realizam não são reconhecidas como trabalho “produtivo”.

Tomemos como exemplo as pesquisas conduzidas por Maneschy (1995) e por Silva e Maneschy (2020) junto às pescadoras do litoral da Amazônia, em que consta o fato de muitas mulheres não considerarem como trabalho o que fazem na pesca, na agricultura, já que, em muitos casos, estes trabalhos são realizados para/com pessoas próximas, dentro do ciclo familiar, ou seja, no âmbito doméstico. Desta maneira, estas atividades são desqualificadas, não são valoradas economicamente e, portanto, acabam não recebendo o *status* de “trabalho produtivo”. Na comunidade do Tamatateua, não é diferente: as mulheres trabalham no cultivo de roças, na pesca extrativa e nas atividades domésticas e muitas vezes não têm o devido reconhecimento.

⁸ Os cálculos foram realizados por uma estimativa do número total de usuários e média de 4 pessoas por família. Fonte: Dados compilados a partir de documentos das Associações dos Usuários das RESEX Marinhas (ASSUREMAS) e relatórios oficiais até 2023.

É neste contexto que, em 2019, com o surgimento do coletivo de mulheres “Guerreiras de Tamatateua”, elas começaram a participar mais ativamente de diversas discussões sociais, políticas e culturais no Tamatateua, em comunidades circunvizinhas e em outras RESEX marinhas do litoral paraense. Sobre a importância deste processo de formação, nos contou uma de nossas interlocutoras: “[...] isso é uma forma de a gente tá se reunindo, né? com as outras mulheres, né? buscar conhecimento, as mulheres não é só pra ficar dentro de casa, mas pra ter esse reconhecimento fora, através do grupo de mulheres [...]” (ENTREVISTADA II).

Sob este prisma, as mulheres entrevistadas durante a pesquisa, afirmaram não haver experiência de participação em organização coletiva anteriormente a existência da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA). Esta associação que compartilha a gestão da unidade de conservação com o estado, é, de certo modo, o primeiro contato com este sentimento de coletividade mais orgânica entre elas, o que mesmo com todas as fragilidades organizacionais da categoria de pescadores e pescadoras, vem se consolidando desde a constituição do coletivo de mulheres.

Tanto nas reuniões na ASSUREMACATA, quanto nas do Conselho Deliberativos, algumas das integrantes do coletivo participam ativamente, porém, é evidente que estes espaços políticos são frequentados majoritariamente pelos homens. Por mais que medidas que visem garantir uma maior participação das mulheres vem sendo implementadas, uma pequena minoria das mulheres das comunidades do entorno da RESEX frequenta essas reuniões, e quando isso acontece, as possibilidades de elas opinarem quando não organizadas em coletivos, é muito menor, pois ali são tratados quase sempre problemas organizacionais, produtivos e financeiros, dos quais historicamente elas estão “distantes”. Contexto completamente diferente do visto na comunidade do Tamatateua, onde elas organizadas em coletivo, tem cada vez ocupado os espaços políticos na comunidade e extrapolam as fronteiras da Caeté-Taperaçu.

A partir dos dados das entrevistas verificamos que este processo de organização proporcionou um pontapé inicial para a valorização dos conhecimentos e direitos que as mulheres detêm, mas que vivem adormecidos dentro da limitação de um estereótipo gerado pelo machismo. A partir destas colocações, compreende-se que a criação do coletivo foi uma oportunidade para as mulheres da comunidade terem a atuação

efetivamente visível para além da rotina doméstica, fazendo de sua união um mundo de possibilidades, até então, desconhecido.

Nessa lógica de superação, afirma-se o coletivo, formado por mulheres de perfis diversos, de faixa etária de 20 a 73 anos; agricultoras, pescadoras, donas de casas e estudantes; muitas nasceram e cresceram na comunidade, enquanto outras se incorporaram à dinâmica local a partir de casamento com moradores. É importante destacar que, com o passar do tempo, o coletivo incorporou alguns homens, maridos e filhos das “guerreiras” (Fig. 2).

Figura 2: Integrantes do coletivo de mulheres “Guerreiras” do Tamatateua, Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: A pesquisa

No tocante ao papel exercido por seus maridos, uma de nossas entrevistadas destaca que havia mais mulheres; porém, com o tempo, algumas desistiram de participar, principalmente por interferência dos homens:

“[...] o marido faz com que elas venham a desistir, porque tem mulher ainda que tem esse olhar pra viver só dentro de casa, e a gente não quer isso, a gente tem que buscar, como já falei, conhecimento, e se a gente ser dona [...] da nossa própria vontade de querer buscar, e teve muitas mulheres que desistiram pelo

fato de ter um homem, ainda existe, infelizmente, que a gente vive numa sociedade que as mulheres ainda são submissas” (ENTREVISTADA II).

Deste modo, percebe-se que uma das lutas iniciais do coletivo de mulheres do Tamatateua era, sobretudo, sair da zona de submissão característica do patriarcado que as cerca, sobretudo às pescadoras amazônidas, e vêm historicamente sequestrando seus valores, autorrespeito, visibilidade social e independência (VIEIRA *et al.*, 2015; PIRES; RIAL, 2023).

Este “jogo assimétrico”, tal como destacam Vieira *et al.*, (2015, p. 248) em pesquisas junto a outras comunidades da RESEX marinha Caeté-Taperaçu, é de lutas e disputas para r-existirem⁹, e por meio da coletividade as mulheres do Tamatateua foram criando mecanismo que pudessem contribuir na busca de caminhos rumo à independência e à valorização do trabalho, como a partir de ações dos “Clubes de Poupança”. Estes processos de fortalecimento emergiram de forma sutil, mas são vivos e potentes, se considerarmos a médio e longo prazo, como elucidado por uma de nossas interlocutoras:

“Esse grupo de poupança é onde a gente vai, é todos meses, a gente vai deixar o nosso, depositar o nosso dinheiro lá, depositar o nosso dinheiro e em mês sim e um mês não tem um sorteio, bingo, que aí aquele dinheiro que a gente faz tudo vai pra dentro do nosso, coisa que a gente tem lá um cofre. Quando chega no final de dezembro, a gente tira aquele dinheiro que vai servir pra alguma coisa pra gente [...], quando chegar final de dezembro, você não tá aperreada, né, e aí aquilo ajuda muito, é pra nós, é tudo individual, por exemplo; vamos supor assim, que final do mês eu poupar duzentos reais ou cento e cinquenta, eu já tenho um saquinho mesmo apropriado já com o meu tudinho lá, e quando é o negócio de bingo, tem outro saquinho de novo que já é do bingo que não mistura um com outro e volta tudo pra mim. Aí quando é a quantidade que você dar, é que vai receber de volta no final de ano, é só uma forma de poupar pra gente ter uma segurança quando chega dezembro pra ti ter um dinheirinho. [breve silêncio...] mas é uma forma da gente se reunir e se sentir mais forte, né?” (ENTREVISTADA II).

Para além disso, percebemos nas falas de nossas interlocutoras que as estratégias do “Clube de Poupança”¹⁰ foram aos poucos avançando para outras táticas de fortalecimento coletivo, como lembrou a Entrevistada IV: “No meio de tudo isso, a gente fazia reunião, oficina de artesanato, viagens... e aí, eu gosto muito do projeto... eu participo até hoje!”.

Então, se evidencia o percurso recordado por outra de nossas colaboradoras:

“[...] as mulheres se juntaram, né? e chamaram para fazer reunião, a gente foi

⁹ “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage, simplesmente, à ação alheia, mas, sim, a algo que pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 47).

¹⁰ Clubes incentivados pela ONG RARE com intuito de incentivar a realização de reserva de dinheiro de forma individual e coletiva.

e fizemos o grupo primeiro da poupança, aí depois da poupança saiu o ‘Painheiro do Mangal’. Aí a gente tem participado de várias reuniões, vários projetos aqui na comunidade, a gente tá dentro, participando” (ENTREVISTADA I).

Neste ínterim, o coletivo de mulheres foi estabelecendo parcerias com instituições de ensino, pesquisa e organizações do terceiro setor, como: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, Universidade Federal do Pará-UFPA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO, Rare Brasil, Instituto Nova Amazônia-INÁ, entre outros.

Estas parcerias se mostraram fundamentais para proporcionar alternativas de geração de renda, melhorar a autoestima, aperfeiçoar as relações políticas e reforçar o sentimento de pertencimento identitário das mulheres integrantes do coletivo, abrindo os caminhos para que os seus quintais funcionassem como verdadeiros “quintais produtivos”, vislumbrando processos de transições agroecológicas.

Dentre as alternativas geradas a partir da ampliação das redes de apoio do coletivo de mulheres, o projeto “Painheiro do Mangal” merece destaque, fruto destas parcerias que foram se alargando, desde seu início, incentivando a ampliação da produção dos quintais das mulheres do grupo. Através de ações (que visam desde ao aprimoramento de técnicas de manejo de suas hortas à implantação de microssistemas agroflorestais, mutirões e rodas de conversas com acadêmicos do curso de Agroecologia do IFPA Campus Bragança) se realizaram verdadeiros intercâmbios de conhecimentos e técnicas que vêm alicerçando os caminhos de um processo de transição agroecológica dos “quintais produtivos” (Fig. 3).

Neste particular, além de criar oportunidades reais de encurtamento da cadeia produtiva de alimentos, apoiando o escoamento de alimentos frescos, comercializados diretamente aos consumidores da cidade de Bragança e até para outros municípios, o “Painheiro do Mangal” se mostrou uma forma efetiva de aumentar a renda das mulheres que fazem parte do coletivo.

Figura 3: Roda de conversa sobre transição Agroecológica e recuperação de solos com professores e estudantes do curso Tecnólogo em Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA - Campus Bragança, realizado em 2023.



Fonte: A pesquisa

Na tentativa de identificar os desdobramentos, impressões e compreensões das ações do coletivo, o “Paneiro do Mangal” parece estar muito vivo em um lugar de destaque, como explicou a Entrevistada II:

“[...] é aonde a gente vende nossos produtos, a gente faz o paneiro e aí coloca lá dentro, enche de produto dentro do paneiro e aí a gente vende, o pessoal aqui quer, ‘ah, eu quero um paneiro pra sábado’, [...] manda a lista, eu quero um tanto, eu quero isso, quero de galinha, eu quero de macaxeira, eu quero fruta, eu quero de caranguejo [...], ali vai tudo naquele paneiro e a gente monta o paneiro.

E daí dar o preço, a gente faz entrega mesmo, e aí o dinheiro vem pra nossa mão. Por exemplo, eu quero fazer um paneiro, mas eu não tenho todos os produtos, mas aí a gente reúne todas as mulheres, eu tenho isso, a mulheres fala ‘eu tenho uma galinha’, a outra já fala ‘eu tenho abóbora’, ‘eu tenho a macaxeira’, monta tudo dentro do paneiro e aí a gente avalia o preço dos produtos delas, e quando a gente... é ver o dinheiro, cada uma pega o seu” (ENTREVISTADA II).

Desta forma, no “Paneiro do Mangal” os alimentos, antes cultivados em seus quintais apenas para o consumo da própria família, agora, ressignificados a partir dos debates e reflexões do coletivo, ganham a perspectiva da comercialização direta, e seus ganhos são econômicos e políticos.

A partir dos dados que emergiram nas entrevistas, é possível compreender que, para além dos resultados individuais e coletivos de fortalecimento da renda a partir da comercialização direta dos paneiros com produtos dos quintais, constatamos que as mulheres estão indo aos poucos participando dos espaços representativos da comunidade,

na igreja, na escola, no comitê comunitário¹¹ e no conselho deliberativo da RESEX marinha Caeté-Taperaçu.

Este e outros fatores têm repercutido, direta e indiretamente, nas interpretações sobre os processos de mudanças ocorridos na maneira como elas se veem e se compreendem em seu meio, como destacou uma de nossas entrevistadas:

[...] mudou porque muitas coisas eu não sabia, né?! Às vezes a gente viaja, a gente vai pra Belém, que nem mês de junho, a gente foi em Belém, a gente levou um monte de coisa que a gente tinha, produto da gente mesmo, produto que a gente faz, né?! A gente levou farinha de tapioca, farinha com coco, beiju, macaxeira, bolo, mel, óleo de coco, [...] aí a gente foi e tudo isso é através dos projetos, né?! Porque a gente foi chamado pra ir pra lá e contar o que a gente faz na comunidade da gente, apresentar o nosso trabalho” (ENTREVISTADA I).

Nessa ótica, compreende-se que os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres da comunidade do Tamatateua vão ganhando proporções maiores, levando-as a transitar por lugares antes não pensados por elas, a exemplo da participação na 2ª edição da “Bienal das Amazônia”, realizada em Belém/PA em junho de 2023 (Fig. 4). Desta maneira, reforçando a importância de seus esforços coletivos pela valorização e reconhecimento, mostrando aos consumidores a origem e o processo por quais passam os alimentos que chegam à mesa das pessoas e apresentando as responsáveis pela produção.

Figura 4: Participação do coletivo de Mulheres do Tamatateua na 2ª edição da “Bienal das Amazônia”, realizada em Belém/PA em junho de 2023.



Fonte: A pesquisa

Em consequência disso, o coletivo ganha proporção de representatividade na comunidade, os moradores começam a procurá-las para garantir seus produtos, ouvir e aprender os conhecimentos que as mulheres possuem (Fig. 5). Essa procura não é somente

¹¹ Pequenos núcleos coletivos de debates que funcionam como representações políticas dos extrativistas nas comunidades. Desses coletivos saem as representações de base comunitária para os conselhos deliberativos das RESEX (NASCIMENTO, 2021).

pela comunidade, mas pelas universidades, comunidades vizinhas e eventos locais e regionais, como bem destacou uma de nossas interlocutoras:

“Ah, eles olham porque a gente tem os projetos [...], aí eles chamam a gente pra ir apresentar os projetos da gente, que nem esse mês passado veio o pessoal dali da comunidade do Retiro pra cá e eles queriam até vim participar desse negócio aí (se refere ao curso de artesanato com fibras de bananeira) aí a gente tem assim um conhecimento muito grande fora” (ENTREVISTADA I).

Figura 5: Palestra sobre empoderamento feminino na turma do 7º ano, na Escola E. F. Brasileiro Felício da Silva, comunidade do Tamatateua, RESEX marinha Caeté-Taperaçu.



Fonte: A pesquisa

Contudo, a conquista de espaço político pelas mulheres dentro da comunidade do Tamatateua é um processo lento, que vai ganhando visibilidade aos poucos: os olhares e interesses sobre as 22 integrantes coletivo mulheres “Guerreiras” do Tamatateua ganham outros contornos, a comunidade passou a vê-las de outra maneira, a partir de perspectivas inteiramente novas, valorizando seus conhecimentos e atuação, tanto que curiosamente 3 homens passaram a integrar o grupo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se estuda o reconhecimento e a representatividade política de mulheres em comunidades agro pesqueiras da Amazônia, observamos que são lentos, graduais, constantes e perpassam um processo de fortalecimento interno e externo, individual e

coletivo, sempre mediado por um arcabouço cultural, alicerçado em um patriarcado historicamente arraigado que precisa ser rompido.

Nesse sentido, não podemos pensar num modelo único de organização que seja extensivo às pescadoras do litoral da Amazônia como um todo: devemos pensar em modelos que surgem das práticas, das adaptações de acordo com as especificidades sociais, históricas, culturais, econômicas e ambientais de cada comunidade.

Diante disso, compreende-se que as parcas conquistas políticas, econômicas e sociais alcançadas pelo coletivo de mulheres da comunidade do Tamatateua são fruto de um processo lento e que vai ganhando visibilidade aos poucos, a partir de uma sólida rede de relações institucionais estabelecida no maretório a fim de romper as amarras patriarcais enraizadas há gerações; é um processo árduo, porém possível a partir da coletividade.

Mulheres que, organizadas em coletivos, abraçam oportunidades que chegam às suas comunidades (por meio de projetos e atividades proporcionadas por parcerias com instituições governamentais, universidades e movimentos sociais locais, regionais e nacionais) e assim têm mais chances de lograr êxitos a partir da consolidação destas redes de apoio que vão se estabelecendo, a exemplo do “Clube de Poupança” e o “Paneiro do Mangal”.

Os coletivos de mulheres estabelecidos nas RESEX Marinhas do litoral da Amazônia são, cada vez mais, presentes na dinâmica social destas UC, suas lideranças vêm assumindo postos cada vez mais de destaque nas instâncias decisórias, participando diretamente de debates que propõem assegurar os direitos aos maretórios e o acesso a políticas públicas, que buscam a preservação do bem viver.

As mulheres guerreiras da comunidade do Tamatateua vêm, ao longo dos últimos anos, se mobilizando, criando e restabelecendo as já existentes relações de solidariedade, concebendo formas de autogestão coletiva e assim construindo com seus saberes e fazeres relações diferente com o mundo do trabalho e com o ambiente a partir da inserção de práticas sustentáveis, reafirmando uma resposta crucial: sem feminismo, não há Agroecologia.

Assim, pontes estão sendo tecidas rumo a uma nova ordem social, articulada, por sua vez, com a valorização de suas atividades e as atividades agroecológicas, antes vistas, somente, como autoconsumo em seus quintais, tornando-se “quintais produtivos”, passando a ser exemplos de geração de renda, fortalecimento político e apoio para mulheres de outras comunidades.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Karla Karolline de Jesus *et al.* Os meios de comercialização do excedente do quintal produtivo: desenvolvendo uma ação humana sustentável. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOBER NORDESTE, 8., 2013, Parnaíba. **Anais [...]**. Parnaíba: Sober, 2013. v. 8, p. 1-16.

ANOKO, Julienne Saratou Ngoundoung. **Gênero e equidade nas áreas protegidas de África Ocidental**. 1 ed. Lisboa: União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e a Fundação Internacional do Banco de Arguim (FIBA), 2008.

BRASIL. **Decreto s/nº de 20 de maio de 2005. Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 8-10, v. 1, 23/05/2005. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2005/05/23. Acesso em: 01 de mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.959 de 21 de março de 2024. Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil, nº 97, p. 4-6, v. 1, 22/03/2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D11959.htm. Acesso em: 24 de mar. 2024.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Eds.). **Autonomia e Cidadania: Políticas de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 11-34.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr./mai. 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de (Ed.). **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, p. 45-80, 2011.

CARDOSO, Rosely Reis. **Paneiro do Mangal: uma experiência do grupo de mulheres da comunidade do Tamatateua, maretório da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu**. 2022, 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Ambiental) - Instituto Federal do Pará, Bragança, 2022.

FAO. FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations International Fund for Agricultural Development. **Trabalho das mulheres rurais é essencial para a segurança alimentar no mundo**. 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/index.php/nutricao-na-midia/fao-trabalho-das-mulheres-rurais-e-essencial-para-a-seguranca-alimentar-no-mundo/>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

FAO. **FAO**: Food and Agriculture Organization of the United Nations International Fund for Agricultural Development. **United Nations Children's Fund United Nations**

World Food Programme, World Health Organization Rome, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/publicacoes/pt>. Acesso em: 01 de mar. 2024.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2010.

MANESCHY, Maria Cristina. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 11, n. 2, p-145-166, 1995.

MARINHO, Wanessa Assunção. Sem feminismo não há agroecologia: uma análise da participação de lideranças de movimentos sociais na plenárias das mulheres no IV ENA. **Cadernos de Agroecologia** - Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, v. 15, n. 3, p.1-9, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Ed.) **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, Sarah Luiza. S. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil**. 2019. 197 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. 2021. 359 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Josinaldo Reis *et al.* Paneiro do Mangal: r-existência feminina em direção à agroecologia no maretório da Resex Marinha Caeté-Taperaçu, Bragança-PA. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA. 2023. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CBA, 2023. v. 19, p. 1-5.

OLIVEIRA, Rosete da Silva. O saber local do uso do espaço: um passeio etnográfico em Tamatateua. In: GLASER, M.; CABRAL, N.; RIBEIRO, A. L. (Ed.). **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: ed. UFPA/NUMA, 2005. p. 105-118.

PILLETT, Edileuza Amoras. A participação das mulheres na Reserva Extrativista Caeté/Taperaçu na comunidade de Taquandeuá-Bragança/PA. **Amazôn., Rev. Antropol. (Online)** v. 9, n. 1, p. 388 - 412, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/5496>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PIRES, Vilselia; RIAL, Carmen. “Pescadoras, não, somos pescadeiras”. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 11, n. 1, p. 213-227, jan/jun. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENA, Ana Esther. (Ed.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Editora Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2008. p. 37-52.

POUPART, Jean.; DESLAURIERS, Jean-Pierre.; GROULX, Leonel.; LAPERRIERE, Anne.; MAYER, Robert.; PIRES, Álvaro. (Ed.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: ed. Vozes, 2008.

RIBEIRO, Karina Nymara Brito. As mulheres dos castanhais e a sobrevivência na Amazônia brasileira: organizações de mulheres na reserva extrativista do rio Cajarí no Amapá. In: 18º ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO-REDOR, 8., 2014. Pernambuco. **Anais [...]**. Pernambuco: REDOR, 2014. v. 18, p. 1756-1774. **Disponível em:** <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view/783>. Acesso em: 08 de fev. 2024.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.15, n. 2, p. 437-433, mai./ago. 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Agroecologia, agricultura familiar e mulheres rurais**. Revista brasileira de Agroecologia, v. 2, n. 1, 2007.

SILVA, Ana Patrícia Reis da; MANESCHY, Maria Cristina. Desenvolvimento e Equidade de Gênero? Experiência de um Projeto de Geração de Renda para Mulheres em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, Dossiê Mulheres Amazonidas: DEMOCRACIA, RESISTÊNCIAS, CONSTRUÇÃO DE SABERES. p. 16-18, jul./dez. 2020.

SOUSA, Jean Sousa de. **Mulheres e quintais da Amazônia Costeira Paraense: um estudo de caso sobre o projeto Paneiro do Mangal**. 2024. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia - PPLSA) - Universidade Federal do Pará-UFPA, Bragança, 2024.

VIEIRA, Norma Cristina *et al.* Trabalho e gênero em comunidades extrativistas da costa paraense. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, p. 233-252, jan./jun. 2015.